

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.589 - SP (2019/0130321-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANTONIO NATALE DEL POZZO
AGRAVANTE : NILZA GASPAROTTO DEL POZZO
ADVOGADO : RUDINEY LUIZ DE SOUZA FILHO E OUTRO(S) - SP217193
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
PROCURADOR : ARTUR RAFAEL CARVALHO E OUTRO(S) - SP223653

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANTONIO NATALE DEL POZZO e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - ITU E TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DOS EXERCÍCIOS DE 2000 A 2003 - SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO RECONHECENDO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO - AÇÃO INICIADA EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LC N 118/05 QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART 174 PARÁGRAFO ÚNICO I DO CTN - CITAÇÃO POR EDITAL - NULIDADE - NÃO ESGOTADOS TODOS OS MEIOS PARA LOCALIZAR O DEVEDOR - COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DOS EXECUTADOS EM 2016 QUANDO JÁ COBERTOS OS CRÉDITOS PELA PRESCRIÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CAUSA INTERRUPTIVA OU SUSPENSIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO C STJ - CONFIGURADA INÉRCIA DO EXEQUENTE - IMPULSO OFICIAL QUE NÃO É ABSOLUTO (ART 262 DO CPC) - SENTENÇA MANTIDA POR OUTRO FUNDAMENTO - RECURSO DO MUNICÍPIO E ADESIVO DOS EXECUTADOS DESPROVIDOS.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC, no que concerne à impossibilidade de fixação de honorários de sucumbência contra a Fazenda Pública em valor inferior a 10% do valor da causa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

[...] as decisões recorridas ao fixar e manter o valor da condenação dos honorários de sucumbência em valor inferior a 10% (dez por cento) do valor da causa, viola o disposto no artigo 85, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, devendo serem reformadas. (fls. 293).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 85, § 11, do CPC, no que concerne à necessidade de fixação de honorários de sucumbência recursais na hipótese.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe de 21/3/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/2/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/2/2019; e REsp 1.771.668/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro

Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

